PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Expeça - se	
Publique - se	
2018-02-22	
O Secretário da Mesa	
António Carlos Monteiro (Assinatura Qualificada)	Digitally signed by António Carlos Monteiro (Assinatura Qualificada) Date: 2018.02.22 18:36:09 +00:00 Reason: Location:

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.ª)

☒ **PERGUNTA** Número 1201 / XIII (3 .ª)

Assunto: Processo de rescisões no ISQ - Instituto de Soldadura e Qualidade

Destinatário: Min. da Economia

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Instituto de Soldadura e Qualidade (ISQ) tem atravessado tempos atribulados e de muitas incertezas, recebendo os seus trabalhadores poucas ou nenhumas respostas sobre a atual situação e as perspetivas de futuro.

Segundo informações a que o Grupo Parlamentar do PCP teve acesso, estará atualmente uma empresa de consultoria no ISQ, a *Roland Berger*, com vista à execução de um processo de rescisões ditas amigáveis que tem marcado os últimos meses do instituto. Estarão listados 200 trabalhadores, muitos dos quais foram já contactados e convidados a rescindir.

No entanto, o número de trabalhadores no ISQ tem, aparentemente, sido mantido por via do recurso à precariedade: contratação de estagiários, subcontratação de trabalhadores a empresas de trabalho temporário, entre outros. Trabalhadores com vínculos precários e com baixos salários que têm substituído outros trabalhadores mais qualificados e com vínculos efetivos.

De acordo com o que foi transmitido ao PCP, estas rescisões de amigável têm pouco ou nada, pois têm sido feitas pressões e chantagens aos trabalhadores que se recusam a assinar a rescisão por mútuo acordo. Haverá também vários casos de trabalhadores que são forçados a acumular tarefas dentro do instituto, para fazer face a algumas saídas de outros trabalhadores.

Este cenário agrava-se, num contexto em que, de acordo com a resposta do Governo à Pergunta do PCP n.º 1923/XIII/2.ª, no âmbito QCAIII, QREN e PT2020, "foram já pagos ao ISQ €19,3 Milhões de incentivos financeiros para um total de investimento de €22,2 Milhões."

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais devidamente aplicáveis, solicita-se a V.ª Ex.ª que possa remeter ao Governo, por intermédio do Ministério da Economia, o pedido de resposta às seguintes questões:

1. O Governo tem conhecimento da situação relatada?
2. Como analisa o Governo a presente situação do ISQ, tendo em conta que se trata de uma instituição que recebeu milhões em incentivos financeiros, designadamente por via de fundos comunitários, e que, meses volvidos, está a proceder à rescisão contratual com 200 trabalhadores, substituindo-os por trabalhadores com vínculos precários?

Palácio de São Bento, 22 de fevereiro de 2018

Deputado(a)s

ANA MESQUITA(PCP)

MIGUEL TIAGO(PCP)

RITA RATO(PCP)

Nos termos do Despacho n.º 1/XIII, de 29 de outubro de 2015, do Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, n.º 1, de 30 de outubro de 2015, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.